

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS

Revista de Letras

Série II
N.º 4

Dezembro de 2005
Vila Real

REVISTA DE LETRAS

DIRECÇÃO

Carlos Assunção e José Esteves Rei

ORGANIZAÇÃO

Henriqueta Gonçalves, Gonçalo Fernandes e Anabela Oliveira

COMPOSIÇÃO

Gonçalo Fernandes

CONSELHO DE REDACÇÃO

Carlos Assunção, José Esteves Rei, Maria da Assunção Monteiro, Henriqueta Gonçalves, José Cardoso Belo, Olinda Santana, Rui Guimarães, Armindo Mesquita, Fernando Moreira, Laura Bulger, Luísa Soares, Isabel Alves, José Barbosa Machado, Gonçalo Fernandes, Anabela Oliveira, Clara Ervedosa, Helena Santos, Milton Azevedo, Maria do Céu Fonseca.

CONSELHO CIENTÍFICO

Amadeu Torres, *Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho*
António Fidalgo, *Universidade da Beira Interior*
Aurora Marco, *Universidad de Santiago de Compostela*
Bernardo Díaz Nosty, *Universidad de Málaga*
Carlos Assunção, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Daniel-Henri Pageaux, *Sorbonne Nouvelle Paris III*
Fátima Sequeira, *Universidade do Minho*
Fernando Moreira, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Gonçalo Fernandes, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Henriqueta Gonçalves, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Jorge Morais Barbosa, *Universidade de Coimbra*
José Cardoso Belo, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
José Esteves Rei, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Mário Vilela, *Universidade do Porto*
Maria da Assunção Monteiro, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Maria do Céu Fonseca, *Universidade de Évora*
Milton Azevedo, *University of California, Berkeley*
Nair Soares, *Universidade de Coimbra*
Norberto Cunha, *Universidade do Minho*

PROPRIEDADE

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

ISSN

0874 -7962

DEPÓSITO LEGAL

199202/03

CDU

81 (05) / 821.134.3 (05) / 37.02 (05) / 316.77 (05) / 81'255.4 (05)

CAPA

José Barbosa Machado

TIRAGEM

200 exemplares

EDITOR

Sector Editorial dos SDE

IMPRESSÃO

Serviços Gráficos da UTAD
Apartado 1013
5001-801 Vila Real
PORTUGAL

A Dêixis: uma análise etimológica e historiográfica

Gonçalo Fernandes
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
gf@utad.pt

Resumo

Neste artigo, pretendemos reflectir sobre um dos conceitos metacomunicativos dos estudos linguísticos actuais (a dêixis ou díxis), com particular incidência nas vertentes etimológica e historiográfica. Por isso, procuraremos estabelecer um breve enquadramento teórico, analisar a sua origem etimológica e, conseqüentemente, a sua correcta escrita (ortografia), pronúncia (ortoépia) e acentuação, de acordo com a *ratio* e o *usus* e com as regras de acentuação da língua portuguesa. Para isso, procuraremos reflectir sobre o conteúdo das primeiras gramáticas ocidentais do Grego, de Dionísio da Trácia e de Apolónio Díscolo, uma vez que a de Panini, denominada Oito Livros (*Astadyayi*) e constituída por 400 aforismos ou sutras, não examina esta temática.

1. Enquadramento Teórico

Na Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS), aprovada pelo Ministério da Educação e publicada no *Diário da República* através da Portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro, a dêixis é um

fenómeno de referenciação dependente e constitutiva da enunciação. Os deícticos apontam verbalmente para realidades específicas do acto enunciativo. Ao contrário dos signos de natureza plenamente simbólica, com um conteúdo semântico-referencial estável e permanente, os deícticos, de cada vez que são activados no discurso, referenciam de novo e variavelmente, em função da situação de enunciação, única e irrepitível. Estes signos assinalam o sujeito que enuncia, o sujeito a quem se dirige a enunciação, o tempo e o espaço da enunciação; apontam para objectos, entidades, processos constitutivos do contexto situacional; determinam ainda a referenciação de todos os signos actualizados no discurso. (Lopes e Fonseca 2002: B 7.2.2.1)

Aí, as suas autoras sintetizam o sistema deíctico nos seguintes termos:

A rede de referenciação instituída pelos deícticos tem como ponto primordial de cálculo o próprio sujeito que fala, no momento em que fala. “Eu” é aquele que diz “Eu” no momento em que o está a dizer. É esta coordenada que gera todas as outras. “Tu” aquele a quem “eu” me dirijo; “agora”, no momento em que “eu” falo; “aqui”, no espaço em que falo; “isto” objecto próximo de mim que falo; “estudei”, “estudo”, “estudarei” num intervalo de tempo anterior / simultâneo / posterior a este momento em que estou a falar; “assim”, da maneira que “eu” e “tu” estamos a ver / ouvir. (*Ibidem*)

Por isso, a TLEBS, na senda de Charles Fillmore, aponta para três espécies de dêixis: Pessoal, Espacial e Temporal. Aquela (dêixis pessoal), que se manifesta nos pronomes pessoais, possessivos e na flexão verbal,

designa a codificação dos papéis dos participantes no acto comunicativo, através da categoria gramatical de pessoa. A categoria de 1ª pessoa corresponde à gramaticalização da auto-referência do falante; A 2ª pessoa codifica a referência ao(s) interlocutor(es). Assim, as línguas naturais possuem, ao nível da sua estrutura, formas ou expressões que permitem aos falantes a tomada da palavra, assumindo-se como locutores e instituindo uma relação intersubjectiva com uma instância de alteridade, o tu a quem esse sujeito se dirige. (Campos, Lopes e Correia 2003: B 6.5.1.1.)

A dêixis espacial, que “designa a especificação da localização espacial de objectos ou indivíduos, a partir de um ponto de referência — o «aqui» correspondente ao espaço ocupado pelo locutor” (*Ibidem*: B 6. 5.1.3.), é atestada pelos advérbios e locuções ad-

verbiais de lugar e pelos pronomes e determinantes demonstrativos. A dêixis temporal designa as relações temporais que os tempos verbais estabelecem com um ponto de referência enunciativo, o acto de fala ou um outro discursivamente construído:

O tempo linguístico, expresso através dos tempos verbais e das locuções adverbiais temporais, está organicamente ligado ao exercício da fala e ordena-se em função desse ponto de referência fundamental que é o momento da enunciação (...). Secundariamente, a ordenação faz-se a partir de um ponto de referência discursivamente construído (...). Assim, a interpretação referencial dos tempos verbais e das locuções adverbiais temporais é sempre dependente, quer do momento da enunciação, quer de outro termo-origem, presente no contexto verbal. (*Ibidem*: B 6.5.1.2.)

O primeiro, em Portugal, a analisar as repercussões linguísticas da dêixis foi Herculano de Carvalho em 1973, mas foi Fernanda Irene Fonseca quem lhe atribuiu os maiores e mais profícuos estudos, importando (e adaptando ao Português) a perspectiva do psicólogo austríaco, Karl Bühler, um dos precursores da psicolinguística moderna, professor da Universidade de Viena e colaborador do Círculo Linguístico de Praga.

Na *Teoria da Linguagem*, publicada em 1934, Bühler procurou demonstrar que havia nas línguas naturais elementos linguísticos que tinham como função primária «apontar» e indicar referentes pessoais, espaciais e temporais, de acordo com determinadas coordenadas enunciativas (*Ego / Tu – Hic e Nunc*) e o contexto situacional. Para esse efeito, encontrou três variantes: *dêixis ad oculos*, *anáfora* e *dêixis am Phantasma*.

Por *dêixis ad oculos* (ou indicial), entende Bühler a mostração verbal dos objectos / pessoas situados no campo mostrativo situacional, ou seja, a sua localização é remetida por via sensorial, em especial os olhos e os ouvidos. A *anáfora* é uma derivação da primeira para o espaço textual (campo mostrativo textual), ou seja, o texto / discurso caracteriza-se por ser linear e extenso e, por isso, há certos elementos linguísticos responsáveis pela articulação discursiva, como os pronomes demonstrativos, os determinantes artigos, os pronomes relativos, as conjunções e alguns advérbios. Por último, para Bühler, a *dêixis am Phantasma* diz respeito à mostração fictiva, ou seja, o locutor e o interlocutor têm a capacidade linguística de alterar as coordenadas enunciativas, de desinserir o eu-aqui-agora da *origo* enunciativa real e se deslocar para uma construção apoiada na memória mediata (Fonseca 1992: 84-96).

Contudo, Bühler não foi o primeiro a reflectir sobre a dêixis e o papel dos deícticos na linguagem. Já no início do século XX, Karl Brugmann (1849-1919), um dos neogramáticos (*Junggrammatiker*), estabeleceu quatro modalidades de dêixis nas línguas indo-europeias: dêixis do eu (*ich-dêixis*), dêixis do tu (*du-dêixis*), dêixis do ele (*jener-dêixis*) e dêixis do (género) neutro (*der-dêixis*). Em 1968, porém, em *The Case for Case*, Charles Fillmore limita a dêixis (linguística) aos três géneros que a TL haveria de adoptar. Contudo, mais recentemente, em 1983, Stephen Levinson, na obra *Pragmatics*, acrescenta a *dêixis social*, para se referir fundamentalmente às relações sociais existentes entre os interactantes, e a dêixis empática (*empathetic dêixis*), para expressar os graus de distância ou proximidade entre o locutor e o(s) referente(s).

2. A Dêixis nos Primeiros Gramáticos Gregos

No entanto, o conceito de *dêixis* não é tão recente como aparentemente pode parecer. Os primeiros gramáticos gregos, em particular Dionísio da Trácia (aproximadamente 170-90 a.C.) e Apolónio Díscolo (séc. I d.C.), foram, contudo, os primeiros a apresentar o conceito.

2.1. Dionísio da Trácia

Dionísio ou Dinis da Trácia, discípulo de Aristarco da Samotrácia, compilou uma «cartilha», um brevíssimo manual, a *Γραμματικὴ Τέχνη*, onde condensa uma taxonomia e uma terminologia gramatical tão elaboradas que não chegaram a ser ultrapassadas nas gramáticas subsequentes. No capítulo 12, acerca do nome (*περὶ ὀνόματος*), divide este em 24 espécies ou classes, de entre as quais apresenta o [nome] anafórico (*ἀναφορικόν*), que também é denominado, segundo o autor, identificativo (*ὁμοιωματικόν*), ou deíctico (*δεικτικόν*) ou correlativo (*ἀνταποδοτικόν*). Aí refere, especificamente, que

Ἄναφορικόν δέ ἐστίν, ὃ καὶ ὁμοιωματικόν καὶ δεικτικόν καὶ ἀνταποδοτικόν καλεῖται, τὸ ὁμοίωσιν σημαίνων, οἷον τοιοῦτος, τοσοῦτος τηλικούτος¹. (Trácio 1989: 52)

Na apresentação dos pronomes (*περὶ ἀντωνυμίας*), o Trácio, relativamente ao género dos primitivos (por oposição aos derivados), refere que ele não se distingue pela forma / som, mas apenas pela dêixis que efectuam:

Γένη τῶν μὲν πρωτοτύπων διὰ μὲν τῆς φωνῆς οὐ διακρίνεται, διὰ δέ τῆς ὑπ' αὐτῶν δείξεως, οἷον ἐγώ· τῶν δέ παραγώγων, οἷον ὁ ἐμός· ἢ ἐμή· τὸ ἐμόν². (*Ibidem*: 58)

Dionísio da Trácia demonstra, nesta passagem, que tinha a noção e o conceito claros de *dêixis*, e assume que há palavras que podem ser classificadas, neste caso quanto ao género, e actualizadas apenas no contexto situacional e discursivo. Por isso, Dionísio, ao contrário do que alguns afirmam, foi o primeiro gramático a operacionalizar o conceito de *dêixis* e de *deíctico*.

2.2. Apolónio Díscolo

Apolónio Díscolo (séc. I d. C.) era Alexandrino e foi, talvez, o gramático mais importante de toda a antiguidade grega. Segue critérios sintácticos e não tanto morfológicos, como o Trácio. No entanto, a sua obra *Sintaxe* (*περὶ συντάξεως*) é verdadeiramente notável e revolucionária, quer pela quantidade de informação que carrega,

¹ “O [nome] anafórico, porém, que também se chama identificativo e deíctico e correlativo, significa a identificação, como tal [em qualidade] tal [em quantidade] tal [em idade]” (Trácio 1989: 52, tradução portuguesa da nossa autoria).

² “Com efeito, nos [pronomes] primitivos, o género não se distingue pela forma, mas por causa da dêixis dos próprios, como “eu; nos derivados, porém, [distingue-se], como “o meu”, “a minha”, “o meu” (neutro)” (*Ibidem*: 58, tradução portuguesa da nossa autoria).

quer pela metodologia adoptada. Apolónio aplica já, por exemplo, a noção de *coerência linguística*, reconhece sintacticamente a importância do verbo e do nome como sendo essenciais à oração e defende que a elipse é, primeiramente, um fenómeno linguístico e não retórico-literário. Esta noção deriva da consideração da perfeição sintáctico-semântica oracional ou completude de forma e sentido. Para os gregos, perfeição não era a posse do todo, mas a ausência da necessidade. Logo, deve suprimir-se o que for considerado desnecessário à comunicação e deve usar-se a elipse (Bécares Botas 1987: 43). Esta noção está intimamente relacionada com o *principio de quantidade* defendido por Paul Grice.

Em suma,

con sus errores y deficiencias que cualquiera puede detectar, con su estilo difícil: silogístico, condensado, reiterativo y, a veces, retórico, Apolonio es el padre indiscutible de la sintaxis y firme pilar de la teorización gramatical, en la que alcanzó logros definitivos, tanto por haber hecho el primer gran intento de sistematización, como por la superioridad intelectual que demuestra sobre antepasados y seguidores a la hora de encarar cuestiones lingüísticas. (*Ibidem*: 66)

Relativamente ao tema que perseguimos, Apolónio teve uma concepção ampla e moderna do uso dos deícticos na comunicação e conversação humanas, chegando mesmo a apresentar uma classificação: *dêixis absoluta* e *dêixis contrastiva*; relacionou a dêixis com a anáfora; classificou os pronomes em deícticos e anafóricos; apresentou a função dos pronomes de primeira e segunda pessoas, que era a de substituir os nomes, não por desconhecimento dos mesmos, mas por estes não poderem ser usados; analisou também o valor deíctico dos pronomes de terceira pessoa, apesar de os classificar como anafóricos. Seguem alguns exemplos que gostaríamos de analisar nesta pequena síntese³.

O artigo, para o Díscolo, desempenha uma função anafórica. O alexandrino apresenta três modalidades de anáfora: *por excelência*; *de posse única* e a simples *anáfora*. No capítulo 43 do Livro I, começa por referir a especificidade do artigo e definir a noção de anáfora: “La función del artículo es (...) la anáfora, que es indicativa de la entidad previamente mencionada” (Díscolo 1987: 96). Esta sintética definição de anáfora não deixa de ser actualíssima, porque este gramático já a entendia como referência a algo mencionado. É evidente que a mesma anáfora pode ter função catafórica, i.e., referir-se a elementos ou pessoas referenciadas posteriormente. É claro também, neste momento, que a anáfora não é somente desempenhada pelos artigos. No entanto, podemos compreender esta asserção apoloniana, já que os gregos não estabeleciam a mesma distinção que nós das partes do discurso. Os pronomes relativos, *u.g.*, eram

³ Como não tivemos acesso a uma edição em grego original, todas as citações serão extraídas da edição espanhola, cuja tradução, introdução e notas são da autoria de Vicente Bécares Botas, um notável classicista do nosso país vizinho.

englobados numa subclasse dos artigos.

No mesmo capítulo, Apolónio classifica a anáfora de três modos distintos. Em primeiro lugar,

la anáfora de los nombres puede ser «por excelencia», como cuando decimos: «este es el gramático», queriendo dar a entender: «el que aventaja a todos», como si dijéramos: «el más gramático». Por lo mismo, «el poeta» lleva consigo el artículo como si fuera ya una sílaba más, llevando con ello la excelencia sobre todos los demás y el reconocimiento absoluto por parte de todos los otros. (*Ibidem*)

Sobre a anáfora de posse única, dá o seguinte exemplo: “[un] esclavo tuyo hizo esto” (*ibidem*), supondo uma certa quantidade de escravos, já que não usa o artigo definido. Caso o fizesse, demonstraria precisamente a posse única: “el esclavo tuyo hizo esto” (*ibidem*). Nesta frase, pressupõe-se que X realizou Y; o alocutário possui um escravo apenas. No exemplo anterior (sem a presença do artigo) a primeira pressuposição mantém-se, mas a segunda é alterada para o alocutário, porque possui vários escravos.

Quanto à anáfora simples, Apolónio afirma haver casos onde estas interpretações não são possíveis, já que simplesmente se referem a pessoas anteriormente mencionadas, sem activarem pressuposições especiais. Dá, para o comprovar, os seguintes exemplos: “«El hombre vino a buscarte», «el gramático te buscaba»” (*ibidem*).

No entanto, no capítulo 44 do mesmo livro, classifica ainda a anáfora de duas formas diferentes. Em primeiro lugar, afirma que,

a veces, también, la anáfora es «por anticipación», entonces su significado es indefinido, como cuando decimos: «sea honrado el tiranida», pues la referencia es a una persona encunto futura. (*Ibidem*)

Apresenta, também, como exemplo, uma passagem da *Odisseia* onde faz referência a uma pessoa que ainda não tinha aparecido na diegese. Não usa a lexia *catáfora*, mas engloba-a nesta ampla noção de anáfora. Não deixa também de se referir à anáfora propriamente dita, em que a pessoa está mencionada antes.

No livro II da *Sintaxe*, o alexandrino analisa as características dos pronomes. Começa por explicar a noção de pronome, afirmando que “es lo que se usa en lugar del nombre y lo que representa al nombre, y está claro que el significado del nombre es la persona contenida en él” (*ibidem*: 160). Pretende, com esta análise dos pronomes, explicar as propriedades que lhe são inerentes, “con lo cual se comprenderá mejor la prometida enseñanza de su construcción” (*ibidem*: 161). De seguida, explica as duas

formas de *dêixis* existentes nos pronomes:

También es propia de ellos una deixis de dos tipos: una absoluta, «me pegó» (pues es evidente que hay deixis, pero sin valor intensivo ni opositivo); y otra contrastiva: «me pegó a mí», donde efectivamente hay intensificación en la deixis, como puede observarse cuando se trata de cualidades: «blanco» expresa una cualidade absoluta, pero en «más blanco» está intensificada con relación al objeto cualquier de que se trata. Del mismo modo, «a mí» al tener la deixis intensificada reclama otra persona al a que oponerse. (*Ibidem*)

Apresenta, também, uma classificação inédita dos pronomes e muito interessante. Para este gramático, há duas espécies de pronomes: os deícticos e os anafóricos. Os deícticos são os pessoais de 1ª e 2ª pessoas e os demonstrativos; os anafóricos são os pessoais de 3ª pessoa. Apolônio Díscolo justifica esta classificação, porque

sólo en la medida en que un pronombre pueda ponerse en lugar de un nombre previamente nombrado será portador de la anáfora, puesto que lo peculiar de la anáfora es una segunda mención de la persona anteriormente nombrada, lo que es expresado por el *αὐτός* (él mismo). (*Ibidem*)

A noção metalinguística de *anáfora*, no sentido da asserção usada por Karl Bühler, não evoluiu de sentido, porque este gramático alexandrino já refere que

en la tercera persona [a la deixis] se le añade la anáfora, gracias a la cual se puede hacer referencia a nombres previamente mencionados mediante el pronombre como substituto. (*Ibidem*)

Para justificar esta sua asserção, cita uma frase da *Iliada* de Homero, onde se usa o pronome *αὐτός*, que, nesse contexto específico, poderíamos traduzir por “este” ou “o mesmo” [«Uma vez que Zeus permitiu aos Troianos e a Heitor aproximarem-se das naves (...) *este* (o mesmo) voltou os seus brilhantes olhos»]. É evidente aqui a existência da dêixis anafórica, segundo aquele autor austríaco.

Para a classificação dos deícticos e para que esta sua teoria tenha fundamento e validade, Apolônio acrescenta que, se, por um lado, os pronomes anafóricos substituem os nomes mencionados antes ou eventualmente depois [caso do Óde (este)], os que ele considera como deícticos não substituem o nome, mas usam-se onde não é possível utilizarem-se os nomes, como na conversação, entre o locutor e o alocutário, para usar termos recentes nos estudos linguísticos. Pelas suas próprias palavras:

En lo sucesivo se mostrará que los deícticos, no es que se empleen en sustitución de nombres, sino donde no puedan usarse nombres. Así, se dividen en deícticos e anafóricos, aunque caigan todos bajo la rúbrica de pronombres, pues, a pesar de sus respectivas diferencias, en una cosa coinciden: llamar en lugar del nombre, ya que se usan, bien cuando el nombre no puede ser empleado, o bien cuando, dicho ya una vez, no puede volver a repetirse. (*Ibidem*. 162-163)

É particularmente interessante a referência seguinte do Díscolo, já que dá para estabelecer um paralelo entre a sua classificação dos pronomes anafóricos e a *deixis ad oculos* e a *deixis am phantasma* de Karl Bühler. O gramático analisa dois pronomes que considera como pessoais de 3ª pessoa (οὗτος ε ἐκεῖνος) e, por isso, anafóricos, embora a gramática tradicional os classifique como demonstrativos. Apolónio Díscolo, na sua gramática, considera que a anáfora daqueles dois pronomes pode patentear-se visivelmente ou *in absentia*, através da memória, *scilicet*, da mente:

Ahora bien, cuando ἐκεῖνος (*aquel*) οὗτος (*este*) no señalan algo a la vista, sino que son anafóricos, hay que pensar que su deixis se refiere a algo mental, de suerte que unas deixis son de lo que está a la vista y otras de lo que está en la mente; según esto, al ser ambos deícticos por naturaleza, no pueden construirse con un artículo que les resultaría antitético. (*Ibidem*. 163)

Nesta passagem, Apolónio, intuitivamente, observa os três tipos de deixis, analisados por Karl Bühler, pois refere que estes pronomes são anafóricos, ao se referirem a elementos (pessoas ou objectos) anterior ou posteriormente anunciados (anáfora), podendo também reportar-se a algo visível, presente no momento da enunciação (*deixis ad oculos*) ou ainda a elementos só detectáveis através da memória compartilhada entre os falantes, já que esses elementos se encontram na mente (*deixis am phantasma*).

No momento seguinte, o alexandrino compara o pronome já referido αὐτός, que considera como anafórico, e novamente ἐκεῖνος, distinguindo-os, estes dois finais, pelo alcance da sua deixis, já que um se refere a algo mais distante (ἐκεῖνος) que o outro (οὗτος). Faz também referência, pela única vez, ao pronome pessoal de 3ª pessoa, ὅδε, também considerado pelas gramáticas tradicionais como demonstrativo.

No capítulo 44 do livro II, Apolónio explica novamente que os deícticos (pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas e demonstrativos) se usam na conversação e não têm a função de substituir os nomes, porque não é possível usar os nomes. Quando um “eu” se dirige a um “tu”, não se pode usar nome; por isso, estes pronomes não

têm a função de entrar em sua vez:

Cuando nosotros mismos nos dirijamos a alguien, debemos distinguir las personas; y está claro que no sería posible servirse de nombres, dado que éstos pertenecen a la tercera persona, mientras que el diálogo exige una segunda persona en correspondencia con la primera. Por eso se introdujeron los pronombres: para suplir lo que el nombre no podía realizar, por ejemplo, cuando decimos «yo te escribí». (*Ibidem*. 178)

Apolônio, em conclusão, justifica a existência das três pessoas dos pronomes, não por necessidade de substituição dos nomes, mas por causa do seu poder deíctico, já que os nomes não possuem esta característica.

3. Etimologia da palavra *Dêixis* / *Díxis* e *Deíctico* / *Díctico*

O substantivo *dêixis* / *díxis* é o resultado da transliteração do nome deverbal grego (do nominativo) δειξις, -εως (ή). Traduzida dessa língua, significa «mostração», porque deriva do verbo δείκνυμι, δειξω, ἔδειξα, δέδοχα, que significa «mostrar», «apontar». É um verbo de tema em consoante, com um infixos nasal (-νυ-) e a desinência modotemporal em -μι. Desmembrando a primeira pessoa do singular do presente do indicativo, teríamos o hipotético *δεικ-νυ-μι. O radical é δεικ, do indo-europeu *deik*, com alternância vocálica (cfr. sânscrito *dicāti* e o latim *dico*). Deste radical forma-se também o adjectivo δεικτικός, ή, όν.

Para importar vocábulos gregos para a língua portuguesa, é necessário observar primeiramente a prosódia latina, pois não se pode partir directamente do étimo grego para as línguas novilatinas sem passar por aquela língua clássica, porque estas foram — e são-no continuamente — influenciadas pela sua métrica. Efectivamente, para criar um vocábulo português de origem grega, translada-se a lexia helénica, carácter por carácter, do alfabeto grego para o latino, e aplicam-se-lhe as regras de acentuação latina.

Contudo, uma das diferenças mais marcantes entre as prosódias grega e latina reside na colocação do acento, embora o Latim só mantivesse, na época clássica, o acento de quantidade e não de intensidade, pois o Grego admite o acento nas três últimas sílabas da palavra e o Latim só o acolhe na penúltima e na antepenúltima, restando, na língua latina, excepcionalmente, quatro palavras oxítonas, devido à ocorrência de uma apócope, mantendo-se, porém, o acento original, isto é, na sílaba em que estava antes do fenómeno fonético. Daqui resulta que uma palavra derivada de uma grega eventualmente acentuada na penúltima sílaba só recebe o acento nessa mesma sílaba se a vogal dessa sílaba for longa por natureza ou por posição, ou, ainda, se for um

ditongo. Caso contrário, o acento recua para a antepenúltima.

Outra diferença acentual entre estas duas línguas reside no facto de os ditongos e algumas consoantes não terem uma correspondência exacta, devido à ocorrência de fenómenos fonéticos específicos. Por exemplo: o ditongo grego **αι** passa para o Latim *a* e para o Português *e*; **οι** passa a *a* e, em Português, *e*; **ει** converte-se em *i* no Latim e em Português; **ευ** passa para *eu* ou *ev* se for seguido de vogal, etc..

Especificamente sobre o ditongo **ει**, nuclear nesta nossa análise, há múltiplos exemplos na língua portuguesa que demonstram a tese anterior: por exemplo, a palavra portuguesa *elipse* deriva da latina *ellipsis* que, por sua vez, procede da grega **ἔλλειψις**; a palavra *ironia* deriva de **εἰρωνεία**; a palavra *ídolo*, de **εἶδωλον**; ícone, de **εἰκών**; Irene, de **εἰρήνη**; paradigma, de **παράδειγμα**; e três adjectivos do mesmo radical da palavra *dêixis*, epidíctico, apodíctico e horodíctico, de **ἐπιδεικτικόν**, **ἀποδεικτικόν** e **ὠροδεικτικόν**, respectivamente.

Em todos estes exemplos, o filólogo que os importou e adaptou ao Português respeitou as regras gramaticais, trasladando o ditongo grego **ει**, em todas as posições acentuais, pré-tónica, tónica e pós-tónica, para *i*. Até as palavras *epidíctico* (género discursivo partidário da retórica clássica, que tinha por função louvar ou censurar alguém, cujo paradigma é o festivo, onde se homenageia alguém, louvando os seus feitos), *apodíctico* (demonstrativo) e *horodíctico* (análise com base num instrumento astronómico para indicar as horas), bem como o substantivo *paradigma*, que derivam do mesmo radical que a lexia *dêixis*, *deik*, obtiveram o ditongo *ei* monotongado em “*i*”, em Português.

Por isso, aplicando as regras e seguindo a analogia, as formas correctas, em Português, derivadas do substantivo grego **δείξις**, - **εως** (ή) e do adjectivo **δεικτικός**, ή, όν, seriam as lexias *dêixis* e *díctico*, respectivamente.

No entanto, a regra da passagem do ditongo grego **ει** para “*i*” latino e “*i*” português não tem aplicação total, como o demonstram os seguintes exemplos, oriundos por via erudita: panaceia deriva de **πανάκεια**; Pléiades, de **Πλειάς**, - **άδος**; eidetismo, de **εἶδος**; eidético, de **εἰδητικόν**.

Por outro lado, o introdutor da lexia *dêixis* no Português parece ter sido Herculaniano de Carvalho, por influência directa do austríaco Karl Bülher. Em muitas línguas europeias, como o Alemão (*deixis*), o Espanhol (*deixis*), o Francês (*deixis*) e o Inglês (*deixis*), as lexias correspondentes mantêm sempre o ditongo e nunca a monotongação.

Por isso, no caso das lexias *dêixis* e *deíctico* o *usus* parece ter-se sobreposto à *ratio*, ainda que não definitivamente, e, deste modo, podem considerar-se correctas estas formas ditongadas. Contudo, porque a *ratio* justifica as formas monotongadas

dêixis e *dêitico* e ainda há quem as aceite e use na comunidade científica, também parece correcta a sua utilização. Assim, a opção entre as formas ditongadas, mais comuns, e as monotongadas, menos frequentes, depende apenas da vontade do locutor, como prevêem, por exemplo, quer o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (2001: 1089 e 1251), quer o *Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Século XXI* (2003: 616, 617, 679 e 698).

Relativamente à acentuação do substantivo *dêixis*, apesar de, muitas vezes, se ver escrito sem qualquer sinal ou acento, tem de ser acentuado graficamente na penúltima sílaba com um acento circunflexo, uma vez que se trata de uma palavra grave, ou paroxítona, terminada na vogal palatal “i”, seguida do grafema <S>, e a sílaba tónica é um ditongo. Se a opção for a forma monotongada, *dêixis*, esta também tem de ser acentuada graficamente com acento agudo na penúltima sílaba, em virtude de ser, de igual modo, uma palavra grave ou paroxítona terminada na vogal palatal “i”, seguida do grafema <S>. Quanto ao adjetivo, «dêitico» ou «dítico», porque é uma palavra esdrúxula ou proparoxítona, tem de ser sempre acentuado graficamente com acento agudo na antepenúltima sílaba. Contudo, na forma ditongada, também é possível acentuar graficamente com acento circunflexo, «dêitico».

4. Conclusão

A *dêixis* é um dos conceitos metacomunicativos dos estudos linguísticos muito utilizados e estudados nos últimos anos, em especial depois da sua introdução por Herculano de Carvalho e das análises de Fernanda Irene Fonseca, de tal modo que começou a vigorar na Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário. No entanto, não parece possível fazer uma análise completa sem recorrer aos “criadores” do termo e “fundadores” da gramática no Ocidente. Por isso, regressámos às fontes e consultámos os textos de Dionísio da Trácia e de Apolónio Díscolo, que são, de facto, surpreendentes pelo carácter analítico, em especial os de este último. Por último, fizemos uma análise etimológica da palavra *dêixis* e constatámos que o *usus* já superou a *ratio*, mas ainda não de forma definitiva. Por isso, pensamos que ambas as formas, quer a ditongada quer a monotongada, são correctas e podem ser usadas, ficando o critério de escolha à responsabilidade do locutor.

Referências Bibliográficas

- Academia das Ciências de Lisboa (2001): *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo.
- Atienza, D. Blas Goñi (1951): *Gramática Griega Teórico-Práctica*. Pamplona: Editorial

- Aramburu, 12^a edição.
- Campos, Henriqueta Costa, Lopes, Ana Cristina Macário e Correia, Clara Nunes (2002): B 6 – *Semântica Frásica*. In: *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*, CD ROM, M.E. D.E.S. PRODEP III.
- Dionísio da Trácia (1989): *Τέχνη Γραμματική*. Tradução francesa de Jean Lallot, *La grammaire de Denys le Thrace*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- Díscolo, Apolónio (1987): *Περὶ Συντάξεως*. Tradução espanhola por Vicente Bécarea Botas. Madrid: Editorial Gredos.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (2003): *Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Fonseca, Fernanda Irene (1992): *Déixis, Tempo e Narração*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- Lopes, Ana C. Macário e Fonseca, Fernanda Irene (2003): B 7 – *Pragmática e Linguística Textual*. In: *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*, M.E. D.E.S. PRODEP III.